



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

PARECER: 1.037/2018–GP1P

ASSUNTO: AUDITORIA DE REGULARIDADE

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 560/2015

EMENTA: 1. AUDITORIA DE REGULARIDADE. PGA 2015. ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS. VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA DECISÃO Nº 6.415/2016.
2. A UNIDADE TÉCNICA SUGERE **CUMPRIMENTO PARCIAL**. DETERMINAÇÃO PARA NOVA DILIGÊNCIA.
3. **PARECER CONVERGENTE DO MPC/DF.**

1. Retornam ao **MPC/DF** os autos que tratam de Auditoria de Regularidade realizada pela Divisão de Fiscalização de Pessoal tendo como objeto a verificação da legalidade das acumulações de cargos, empregos e funções dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração direta e indireta do Distrito Federal, bem como a avaliação dos procedimentos adotados pelas jurisdições a fim de evitar situações de desconformidade com a legislação de regência.

2. A Divisão de Atos e Admissões informou que os resultados apurados no trabalho de campo foram noticiados no Relatório de Auditoria n.º 2/2015 (fls. 117/208).

3. Na última assentada sobre a matéria, o e. **Tribunal** prolatou a r. Decisão nº 6.415/2016 (fls. 1649/1652), **in verbis**:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos documentos de fls. 289/1528, apresentados em atendimento à Decisão nº 3191/2015, bem como da Instrução de fls. 1529/1572; II – considerar ilegais: 1) o art. 3º da Instrução Normativa nº 72/2014-AGEFIS e o art. 5º, §§1º e 2º, da Portaria nº 111/2012-SEF, dando ciência à Agência de Fiscalização do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal que o pagamento da Indenização de Transporte deve guardar consonância com os termos do art. 106 da LC nº 840/11, não se admitindo o efeito indenizatório com base em deslocamentos efetuados, mas sim em relação ao total de dias em que efetivamente houve utilização de veículo próprio para execução de trabalhos externos, por força das atribuições inerentes ao cargo; 2) o art. 2º da Portaria nº 111/2012-SEF, informando à jurisdição que, como regra, a Indenização de Transporte deve ser paga somente aos servidores no desempenho das atribuições do cargo efetivo, os quais deixarão de percebê-la se forem nomeados para o exercício de cargo em comissão; III – determinar,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

para cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que: 1) em relação ao Auxílio-Transporte, a PGDF, a DPDF, a SES, a SE (SIGRH 652 e 802), o DER e as Administrações Regionais de Sobradinho II, do Guará, de São Sebastião, do Sudoeste/Octogonal, do SIA e da Fercal verifiquem, providenciando as correções eventualmente necessárias, a regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores listados na Tabela I (fls. 103/108), comparando o domicílio informado com as linhas de transporte coletivo a serem utilizadas, bem como a quantidade de vales recebidos com a escala de trabalho efetivamente realizada; 2) quanto ao “Auxílio-Creche”, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal: a) cesse o pagamento a Helicinia Giordan Espindola Peixoto, mat. 145760-8, ou a Ademario Regis de Britto Neto, mat. nº 151544-6, por perceberem indevida e simultaneamente esse benefício com relação à dependente Giovanna Peixoto de Britto; b) em relação a todos os servidores listados no Quadro V do Relatório de Auditoria (fl. 155), inclusive os citados na alínea anterior, faça o levantamento, para fins de ressarcimento ao erário, dos valores pagos indevidamente a esse título, desde o início de sua concessão até a sua exclusão, observando, conforme o caso, a prescrição quinquenal, a idade limite para a percepção do benefício, e o que dispõe o inc. II do art. 7º do Decreto nº 16.409/95 - que veda o pagamento simultâneo ao servidor e ao cônjuge; 3) a SE, a SERIS e a SES justifiquem a possível averbação de tempo para fins de ATS em duplicidade nos períodos indicados pelos servidores indicados no Quadro VI do Relatório de Auditoria; 4) o DER, a SE/DF, a SEMA e a SES/DF justifiquem os percentuais de ATS pagos aos servidores listados no Quadro VII do Relatório de Auditoria, tendo em conta as possíveis divergências nele apontadas, atentando para que as situações dos servidores Vanderley Carlos Braz, mat. nº 52967-2, Marly Beltrame Faria, mat. nº 46650-6, e Eva de Barros Nogueira Carvalho, mat. nº 300763-4, todos da SE/DF, foram sanadas, na formarelata pela Instrução de fls. 1529/1572; 5) o DER/DF, a SE/DF e a SES/DF esclareçam o pagamento da VPNI da Lei nº 4.584/2011 aos servidores listados no Quadro VIII do Relatório de Auditoria, que teriam ingressado nos quadros do Distrito Federal após fevereiro/1998; 6) a Agefis, a Casa Civil, a SC, a SE, a SEDHS, a SES e a SINESP esclareçam os reajustes concedidos aos servidores listados no Quadro IX do Relatório de Auditoria, cujos percentuais foram superiores à maioria dos percentuais definidos pela então SEAP na Circular nº 4/2011; 7) a SEF justifique o reajuste concedido a Sueli Borges Pereira Domingues, mat. nº 18597-3, listada no Quadro IX do Relatório de Auditoria, cujo percentual foi bem superior à maioria dos percentuais definidos pela então SEAP na Circular nº 4/2011; 8) o SLU junte demonstrativo dos cargos/funções exercidos por Napoleão Filho de Freitas, mat. nº 60829-7, com as respectivas transformações/correlações e fundamentos legais, justificando os quintos/décimos incorporados, bem como o pagamento atual da vantagem a que deram origem; 9) a SES/DF esclareça a razão pela qual não foi editada lei em sentido estrito para instituir as vantagens de que tratam as Portarias nºs 94, de 21/05/2014, e 112, de 13/06/2014, apresentando documentação comprobatória dos valores repassados pelo Governo Federal com vistas a custear tais vantagens; 10) a CLDF, em conjunto com os órgãos cessionários (Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais; Ministério dos Transportes), abra procedimento específico para quantificar os valores pagos acima do teto constitucional aos servidores Joan Goes Martins Filho, José Willemann e Luiz Carlos Rodrigues



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

Ribeiro, tendo em conta a percepção simultânea de remuneração em seu cargo de origem e no exercício de cargo comissionado, procedendo à restituição ao erário dos valores pagos indevidamente; 11) a Secretaria-Geral de Administração desta Corte informe o resultado do Processo nº 9810/2011, onde se apuraram os valores indevidamente pagos acima do teto constitucional ao servidor José Augusto de Andrade Pinto, em face da percepção simultânea de remuneração do seu cargo de origem e do cargo comissionado, para fins de restituição ao erário; 12) a SES proceda à abertura de procedimento específico para apurar a situação dos servidores Alexandre Rozenwald, Fidelia Vasconcelos de Lima e Zacarias Calil Hamu, cedidos da SES/DF, levando em consideração o disposto no art. 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014. Caso seja confirmada a ausência de prestação de serviços na SES, interrompa o pagamento e adote as medidas necessárias à restituição ao erário dos valores indevidamente pagos a partir da ciência da Decisão nº 2975/2008, sem prejuízo de observar os demais efeitos subsequentes; 13) o SLU adote as providências que entender cabíveis em virtude do desfecho da ADI nº 2014.00.2.004230-4; 14) a SES/DF justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 2, 3, 5, 7 e 15 da Tabela II (fls. 109/116); 15) a SE/DF justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 2 e 18 da Tabela II (fls. 109/116); 16) o CBMDF justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 5 e 18 da Tabela II (fls. 109/116); 17) a Novacap preste esclarecimentos sobre o motivo pelo qual o Programa de Metas e Resultados constante no Acordo Coletivo de Trabalho 2013-2015 não está vinculado ao desempenho da Companhia, bem como informar os critérios adotados para a distribuição de dividendos aos empregados da empresa; 18) em relação ao Auxílio-Transporte, a SES ajuste o pagamento aos servidores que trabalham em regime de escala e que percebem o benefício em dissonância com o normativo vigente, devendo efetuar o cálculo do auxílio com base no número de dias efetivamente trabalhados e não com base no número de dias úteis do mês, como nos casos de Adonilia Maria Leite Magalhaes, Eliane Rodrigues dos Santos e Maria Alice Ferreira da Silva Gomes, matrículas SES nos 1432673-6, 1435398-9 e 143221-4, respectivamente; IV – recomendar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que revise a Portaria nº 199/2014, para que não seja mais possível o exercício de jornadas excessivas naquela Pasta; V – determinar que, no prazo de 60 (sessenta) dias: 1) o IBRAM informe: a) a situação atualizada do Processo nº 391.001.393/2015, de interesse de Romulo Pitangui Abdalla, mat. nº 263899-1; b) se houve a regularização da comprovação do direito ao Auxílio-Transporte por parte de Francinete Almeida da Cruz Silva, mat. nº 1668182-7, Jhonei Batista de Souza, mat. nº 183993-4, Paulo Henrique de Oliveira Fernandes, mat. nº 198373-3, e Sebastião V. Augusto de Oliveira, mat. nº 1668179-7; 2) as jurisdicionadas a seguir destacadas esclareçam, junto aos respectivos servidores, as razões para o endereço fornecido para fins de recebimento de Auxílio-Transporte divergir do constante no cadastro da Receita Federal: a) Polícia Civil do Distrito Federal: Ariosvaldo Rocha Vieira, mat. nº 31861-2; b) DETRAN: Isaac Amaro da Silva, mat. nº 194172-0, e Karina Fernandes Oliveira, mat. nº 250926-1; c) SLU: Silvano Ferreira da Cunha, mat. nº 81124-1; d) SINESP: Renato de Jesus Afonso, mat. nº 261315-8; e) SEPLAG: Lazaro Cardoso de Oliveira, mat. nº 53070-0; 3) a Polícia Civil do Distrito Federal corrija no SIAPE o endereço de Isabel Cristina Neto de Oliveira, mat. 43843-X, de acordo com o comprovante apresentado; 4) o SLU dê ciência a Moacir Ferreira da Cruz, mat. nº 82706-1, que, de acordo com o art. 30 do Decreto nº 3.000/1999 (Regulamento do Imposto de Renda), a alteração do endereço residencial deve ser



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

comunicada às repartições competentes no prazo de 30 (trinta) dias, ou quando da entrega da declaração de IR; 5) a CAESB noticie o resultado das providências adotadas quanto ao recebimento em duplicidade do Auxílio-Alimentação pela servidora Amanda R. de Camargo do Nascimento; 6) a SE/DF informe as providências adotadas visando ao ressarcimento da quantia indevidamente percebida a título de Auxílio-Alimentação (na CAESB e na própria SE/DF) pelos servidores Hugo Alberto Gonçalves Delmondes, mat. nº 226247-9, e Rogerio Jovem de Araújo, mat. nº 224552-3; VI – determinar, ainda, a todas as jurisdicionadas que, em nível de rotina: 1) exijam comprovação da realização de despesa com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, em consonância com a natureza da Indenização de Transporte e com o disposto no art. 106 da LC nº 840/2011; 2) em relação ao Auxílio-Transporte, realizem periodicamente levantamento geral dos servidores que percebem o citado benefício, confrontando as informações do domicílio existentes no SIGRH: a) com aquelas existentes no banco de dados da Receita Federal do Brasil, inclusive nos casos em que o servidor declarar ter cônjuge/companheiro, cujos endereços também deverão ser confrontados, procedendo aos ajustes necessários, inclusive o ressarcimento dos valores pagos indevidamente; b) com as linhas de ônibus a serem utilizadas pelos servidores, que se encontram cadastradas no módulo BENVTL02 do SIGRH, a fim de evitar despesas indevidas; 3) haja vista o que consta das Decisões Administrativas desta Corte nºs. 4/2015 e 17/2015 e do item II, alínea “e”, da Decisão nº 5943/2015, providenciem, para os servidores com acumulação lícita de cargos públicos (ressalvados os servidores amparados por decisões judiciais, a exemplo dos médicos alcançados pelo RMS 33.100-STJ), a glosa do que exceder ao teto remuneratório, considerada a soma das remunerações; VII – recomendar: 1) à Secretaria de Educação do Distrito Federal que acompanhe o desfecho dos recursos tratados no Processo nº 958/2016-e, adotando, ato contínuo, as medidas cabíveis para o controle da despesa com Auxílio-Transporte, bem como, se for o caso, para o ressarcimento dos valores porventura pagos a mais a esse título; 2) a todas as empresas públicas e sociedades de economia mista do Distrito Federal que, ao firmarem acordos coletivos de trabalho, no caso de constar cláusula de distribuição de lucros e resultados, vinculem essa distribuição ao desempenho da entidade e/ou das unidades às quais os empregados estão vinculados, distribuindo aos empregados os dividendos de acordo com o desempenho individual, de modo a valorizar a meritocracia; 3) ao Governador do Distrito Federal: a) como responsável pela autorização da cessão de servidores no âmbito do Poder Executivo (art. 152, § 2º, I, da LC nº 840/2011), que: i) reveja a legitimidade/regularidade das atuais cessões dos professores e dos profissionais da área de saúde; ii) atente, quando das autorizações para futuras cessões, para o que dispõe a parte inicial do caput art. 152 da LC nº 840/2011; b) que encaminhe à CLDF projeto de lei com vistas a estabelecer limite máximo das jornadas de trabalho para os servidores que acumulam lícitamente cargos públicos, de modo a resguardar a saúde dos servidores e a assegurar uma prestação de serviços de qualidade; c) que edite norma para regulamentar o disposto no art. 57, § 3º, da LC nº 840/2011, que cuida de jornada de trabalho em sistema de escala de revezamento, de modo a evitar jornadas excessivas em todos os órgãos distritais, a degradação do atendimento nas unidades de saúde e eventuais danos à saúde dos profissionais; d) no trato do assunto Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNIs: i) que permita a majoração dessas parcelas apenas quando forem concedidos reajustes gerais para os servidores públicos, assim entendidos aqueles que se aplicam a todos, indistintamente, como ocorreu, por



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

exemplo, por força do art. 1º da Lei nº 3.172/2003; ii) que, sem perder de vista o contido no art. 37, inciso XV, da CRFB, bem como os precedentes do STF (MS 24580) e STJ (ROMS 200902192886), faça prever em lei a absorção completa dessas vantagens pelos reajustes vencimentais da categoria, quando forem criadas apenas para evitar eventual decréscimo remuneratório; e) que, quando da criação de gratificações/parcelas pecuniárias, atente para a relação entre o custo de implementação/controle e os benefícios advindos da diferenciação/segmentação dos servidores que farão jus a tais vantagens; VIII – dar ciência ao Governador do Distrito Federal do montante e do impacto dos reajustes concedidos aos militares a título de auxílio-moradia (Quadro XI do Relatório de Auditoria), para que em sua conveniência e oportunidade avalie os valores e prazos de implementação dos próximos reajustes; IX – determinar à SEGEDAM que adote as medidas necessárias para que, nos termos da Portaria/TCDF nº 249/98, sejam registrados os devidos elogios nos assentamentos funcionais dos Auditores de Controle Externo responsáveis pela elaboração do Relatório de Auditoria nº 2/2015 (fls. 117/208) e da Instrução de fls. 1529/1572, tendo em conta, respectivamente, a excelência do primeiro documento e o trabalho de fôlego de conferência e de sintetização, quando da elaboração do segundo; X – autorizar: 1) a remessa de cópia da Instrução de fls. 1529/1572 e do Relatório de Auditoria 2/2015 às jurisdicionadas, para ciência das determinações e para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas; 2) a remessa de cópia da Tabela I (fls. 103/108) aos jurisdicionados mencionados no item III, subitem 1; 3) a remessa de cópia da Tabela II (fls. 109/116) aos jurisdicionados mencionados no item III, subitens 14, 15 e 16; 4) a devolução dos autos apensos aos respectivos órgãos de origem; 5) o retorno dos autos em exame à SEFIPE, para a adoção das providências de praxe.” (Grifos Acrescidos).

4. Ao seu turno, a Divisão de Fiscalização de Pessoal assim se manifestou a respeito de cada item deliberado pelo c. **Plenário**:

“II) Da ilegalidade do art. 3º da Instrução Normativa nº 72/2014-AGEFIS e dos arts. 2º e 5º, §§1º e 2º, da Portaria nº 111/2012-SEF

5. O Sindicato dos Auditores da Receita do Distrito Federal – SINDIFISCO/DF (fls. 1.828/1.863), o Sindicato dos Funcionários Integrantes da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal (fls. 1.864/1.949) e a Secretaria de Estado de Fazenda do DF (fls. 1.950/2.020) interpuseram pedido de reexame para que o referido item II da Decisão nº 6.415/2016 fosse revisto e os dispositivos da Portaria nº 111/2012-SEF fossem considerados legais.

6. Também houve manifestação pela SEF no documento de fls. 2.022/2.028 quanto ao caso, defendendo a legalidade do pagamento da indenização de transporte para os ocupantes de cargos comissionados, bem como pugnou pela prudência no aguardo de manifestação da Assessoria Jurídico-Legislativa da SEF quanto aos mecanismos relativos à comprovação de tais gastos.

7. Às fls. 2.066/2.072, consta a Informação da SEFIPE em que analisou os pedidos de reexame do Secretário da SEF, do SINDIFISCO/DF e do SINAFITE/DF, assim como o pedido de sustentação oral deste.

8. Às fls. 2.074/2.076, o Relator deferiu o pedido de sustentação oral, mas o SINAFITE/DF requereu, posteriormente, que a sustentação oral ocorresse apenas quando do julgamento do mérito e não apenas da admissibilidade (fl. 2.078).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

9. Após isso, às fls. 2.079/2.082, o Relator conheceu dos pedidos de reexame, conferindo-lhes efeito suspensivo.

10. O SINAFITE/DF apresentou memorial, às fls. 2.104/2.108.

11. A Unidade Técnica opinou pela negativa de provimento aos pedidos de reexame (fls. 2.462/2.474), sendo seguida pelo MPJTCDF (fls. 2.477/2.490). A SEF também apresentou pedido de sustentação oral (fl. 2.501) e o Relator deferiu esse pedido e outro análogo do SINAFITE/DF, informando quanto à possibilidade de apresentação de memorial (fls. 2.496/2.498 e 2.502/2.504). Posteriormente, foi aprovada solicitação do Relator para adiamento da discussão da matéria, em face dos argumentos apresentados pelos defendentes (Decisão nº 5.099/2017, à fl. 2.544). A SEF e o SINDIFISCO/DF apresentaram memoriais (fls. 2.552/2.556 e 2.557/2.569, respectivamente).

12. O Relator opinou pelo provimento do pedido de reexame (fls. 2.570/2.607) e, após pedido de vista (Decisão nº 5.837/2017, à fl. 2.608), o Revisor opinou em sentido contrário (fls. 2.609/2.619). O Relator manteve o posicionamento inicial, pelo provimento do pedido de reexame (fls. 2.632/2.673), que foi acolhido pelo Plenário (Decisão nº 2.382/2018, à fl. 2.674), tendo sido, portanto, reformado o item II da Decisão nº 6.415/2016, passando a serem considerados regulares os atos praticados com fundamento na Portaria nº 111/2012-SEF.

13. Por outro lado, com relação à ilegalidade do artigo 3º da Instrução Normativa nº 72/2014, a AGEFIS trouxe aos autos a Instrução Normativa nº 77/2015, publicada no DODF 3 dias após a elaboração do Relatório desta Auditoria, que alterou o referido dispositivo e limitou os deslocamentos a 1 por dia, ao invés dos 2 anteriormente previstos (fls. 2.308/2.309), alinhando-se, portanto, ao posicionamento adotado no citado Relatório. Isso posto, deve-se considerar lícito o artigo 3º da Instrução Normativa nº 72/2014-AGEFIS, em face das alterações contidas na Instrução Normativa nº 77/2015-AGEFIS.

III-1) Da determinação para verificação da regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores listados na Tabela I (fls. 103/108), comparando o domicílio informado com as linhas de transporte coletivo a serem utilizadas, bem como a quantidade de vales recebidos com a escala de trabalho efetivamente realizada

14. Quanto às servidoras da DPDF, aquele órgão demonstrou as providências adotadas (fls. 1.806/1.817), que resultaram na alteração das informações relativas ao auxílio-transporte das servidoras Maria de Lourdes Alves, matrícula nº 02170566, e Ieda Alves de Castro Ornelas, matrícula nº 02185539, resultando em redução superior a 50% nos 2 casos, conforme observado no SIGRH. Desse modo, pode-se considerar cumprido o item III-1 quanto às servidoras da DPDF.

15. A EMATER informou que o servidor Jurandi Pinto de Sousa, matrícula nº 00002798, por não ter comprovado a utilização mensal dos bilhetes, teve seu benefício suspenso desde outubro/2015 (fl. 2.151). Em consulta ao SIGRH, não se observou pagamentos após a suspensão nas fichas financeiras dos exercícios a partir de 2015, podendo também ser considerado cumprido o item III-1 quanto a este caso.

16. A SES encaminhou solicitação para que fossem providenciadas as devidas correções a determinados setores, mas não foi apresentada a apuração de nenhum dos casos (fls. 2.417/2.426), razão pela qual devem ser reiterados os itens desse jurisdicionado.

17. O DFTRANS informou que encaminharia documentação comprobatória referente ao pagamento do auxílio-transporte do ano de 2014 à servidora Graciely Olimpia da Silva Cardoso, matrícula nº 02639513, mas isso não ocorreu (fls. 580 e 2.456/2.459).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

O último mês em que ela percebeu o auxílio-transporte foi em abril/2018 e na tela BENVLT02 consta que o benefício foi encerrado em 05/2018. Por esse motivo, entendo que pode ser considerado cumprido o item III-1 quanto a essa servidora.

18. Considerando as situações esclarecidas e refazendo o levantamento, descartando as situações em que não houve pagamento de auxílio transporte (rubrica SIGRH 10912) ou houve pagamento em valores inferiores ao valor de referência definido no Relatório de Auditoria (R\$ 440) nos meses de junho e setembro de 2018, aqueles em que não há concessão de benefício ativo cadastrado no SIGRH (tela BENVLT02) e os servidores da SE cuja lotação seja em alguma escola localizada na zona rural I, em consonância com a Decisão nº 2.609/2017 (Processo nº 958/2016), chegou-se ao quadro a seguir, contendo todas as situações ainda pendentes de esclarecimentos, pela SES, pela SE e pelo DER:

(...)

III-2-a) Da determinação para que fosse cessado o pagamento de auxílio-creche a Helicinia Giordana Espindola Peixoto, mat. 145760-8, ou a Ademario Regis de Britto Neto, mat. nº 151544-6, por perceberem indevida e simultaneamente esse benefício com relação à dependente Giovanna Peixoto de Britto

19. O SES trouxe aos autos documentos afirmando que a servidora Helicinia Giordana Espindola Peixoto, matrícula nº 01457608, teria deixado de perceber a parcela desde outubro/2016, mas a documentação juntada mostra exatamente o contrário (fls. 2.432/2.433). Em consulta ao SIGRH, observa-se que a suspensão ocorreu apenas em dezembro/2017. Na verdade, o último pagamento dessa parcela a Ademario Regis de Britto Neto, matrícula nº 01515446, é que ocorreu em outubro/2016, tendo ele sido exonerado, a pedido, em 06/05/2017. Posto isso, deve-se considerar cumprido este item, com a ressalva de que os valores percebidos indevidamente ainda devem ser ressarcidos ao erário, conforme consta no tópico a seguir.

III-2-b) Da determinação para levantamento, para fins de ressarcimento ao erário, dos valores pagos indevidamente a título de auxílio-creche em relação a todos os servidores listados no Quadro V do Relatório de Auditoria (fl. 155)

20. A SES encaminhou documentos solicitando aos setores responsáveis que autuassem os processos com vistas ao ressarcimento ao erário dos valores percebidos indevidamente, mas não apresentou nenhuma comprovação de que isso tenha ocorrido (fls. 2.427/2.431).

21. Em verificação no SIGRH, observou-se que nenhum dos servidores listados no referido Quadro V do Relatório de Auditoria continua percebendo o auxílio-creche, mas nenhum dos órgãos apresentou justificativa da licitude do recebimento das parcelas em questão ou a documentação comprobatória do ressarcimento ao erário dos valores que, em tese, foram percebidos indevidamente. Então, deve-se reiterar o item III-2-b da Decisão nº 6.415/2016. De modo a fazer constar todas as informações referidas nas propostas no corpo desta Instrução, o Quadro V do Relatório de Auditoria foi transcrito a seguir, como Quadro II desta Informação:

(...)

III-3) Da determinação para que fossem justificadas possíveis averbações de tempo para fins de ATS em duplicidade pelos servidores indicados no Quadro VI do Relatório de Auditoria

22. Quanto ao item I do Quadro VI do Relatório de Auditoria (Alice Bessa Fernandes), a Casa Civil excluiu o período computado em duplicidade, que resultou na redução de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

26% para 25% no percentual do ATS (fls. 2.050 e 2.059/2.061), embora não tenha afetado a integralidade dos proventos.

23. Embora a SE não tenha apresentado esclarecimentos, observou-se no SIGH que, quanto ao item 6 do Quadro VI do Relatório de Auditoria (Odinary Araújo Costa Reis Silva), a averbação do tempo citado no vínculo da SE (matrícula nº 00548219) foi excluída e, em relação aos itens 10 (Joaquim Gomes Pinheiro) e 12 (Roberto Alves Meireles) do Quadro VI do Relatório de Auditoria, os servidores foram desligados dos vínculos da SE em 24/02/2011 e em 18/03/2018, respectivamente, além de terem sido excluídos os registros das averbações citadas no Quadro.

24. A SES também não apresentou esclarecimentos, mas constatou-se a exclusão do tempo elencado nos registros da matrícula 01436090 do item 7 do Quadro VI do Relatório de Auditoria (Mário Ronaldo dos Santos).

25. Como não foram apresentados novos esclarecimentos, deve-se reiterar a solicitação à SE e à SES para que tragam aos autos as justificativas para a averbação dos tempos a seguir listados, tendo em conta que, no caso da servidora Eneida Maria Fontes, a PCDF já prestou os devidos esclarecimentos (fl. 617) e que consta certidão emitida pela SES atestando que o período de 12/09/1977 a 22/12/1977 foi averbado na PCDF e não naquela Secretaria (fls. 1.505/1.506):

(...)

III-4) Da determinação para que fossem justificados os percentuais de ATS pagos aos servidores listados no Quadro VII do Relatório de Auditoria

26. O ATS dos servidores Soraya das Dores Vaz Formiga, matrícula nº 01006665, e Adauto José de Abreu, matrícula nº 16556739, ambos da Fundação Hemocentro de Brasília, foram corrigidos de 30% para 29%, a partir de janeiro/2016, e de 29% para 27%, a partir de novembro/2015, respectivamente. Há pequenas falhas nos valores contidos nas planilhas de fl. 1.783 e 1.768-1.769 (não consta nos autos a relativa ao ano de 2015 referente aos pagamentos ao último servidor citado), pois, nas colunas dos valores recebidos, em vários meses não foram adotados os valores efetivamente pagos, mas aqueles decorrentes do cálculo do percentual aplicado à soma do vencimento com a opção 40 horas, resultando em diferenças de alguns centavos em cada mês, além do que os totais apontados para cada ano não correspondem à soma dos valores apresentados na coluna, provavelmente porque, embora a planilha apresente os números com 2 dígitos, internamente devem estar sendo armazenados mais dígitos, também resultando na diferença de poucos centavos em relação aos constantes na planilha. Além disso, não foram levados em conta nos cálculos das planilhas apresentadas os valores pagos a maior a título de décimo terceiro salário, decorrentes da diferença do ATS. Ademais, apesar de terem sido confeccionadas as planilhas de cálculo e ter sido informado no documento de fl. 1.753 sobre o ressarcimento a contar de fevereiro/2017, não se observou tal cumprimento no SIGH. Isso posto, sugere-se: solicitar que o jurisdicionado inclua nos cálculos os valores pagos a maior a título de décimo terceiro salário, decorrente da diferença do ATS, bem como esclareça sobre a implementação do ressarcimento ao erário mencionada no Memorando nº 28-GEPES/CODAG/FHB, de 01/02/2017 (fl. 1.753).

27. Quanto ao percentual do ATS do servidor Sebastião Vicente Augusto De Oliveira, matrícula nº 01053116, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente confirmou que a mudança no percentual estaria incorreta, fez a devida correção, a partir de fevereiro/2017 (fls. 2.096/2.099). Os valores indevidamente pagos foram apurados e atualizados, foi dado ciência ao servidor (fls. 2.100/2.103) e o ressarcimento se deu em



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

6 parcelas de R\$ 521,66, de abril a setembro/2017. Assim, pode-se considerar atendido o item III-4 quanto ao servidor Sebastião Vicente Augusto De Oliveira, matrícula nº 01053116.

(...)

III-5) Da determinação para que fossem esclarecidos os pagamentos da VPNI da Lei nº 4.584/2011 aos servidores listados no Quadro VIII do Relatório de Auditoria

30. Quanto ao servidor Donizete Gonçalves Candido, matrícula nº 01474200, a SES informou que teria solicitado o desarquivamento do Processo nº 060-003834/2014, tendo solicitado prorrogação de prazo para resposta.

31. Considerando a ausência de manifestação da SES, da SE e do DER e a verificação de que os servidores desses jurisdicionados mencionados no Quadro VIII do Relatório de Auditoria permanecem recebendo a parcela em comento, deve-se determinar que sejam esclarecidos os pagamentos da VPNI da Lei nº 4.584/2011 dos seguintes servidores:

(...)

III-6) Da determinação para que fossem esclarecidos os reajustes concedidos aos servidores listados no Quadro IX do Relatório de Auditoria

32. A Agefis informou que os valores relativos aos servidores lotados naquela Agência (Vivaldo Martins Alves Filho, matrícula nº 00182729, Maria do Carmo de Lima Bezerra, matrícula nº 00322121, Sonia Maria Almeida S. da Rocha, matrícula nº 00289604, Paulo de Paiva Fonseca, matrícula nº 00407097) teriam sido reduzidos para aqueles que estavam sendo percebidos em junho/2011 (fls. 2.091/2.095), mas verificou-se no SIGRH que, em julho/2017, voltaram a pagar os valores constantes na coluna com os valores questionados (dezembro/2014). Como não foram informados quais décimos foram incorporados, cabe reiterar os questionamentos ao jurisdicionado.

33. Segundo a Casa Civil, o servidor Humberto Denucci, matrícula nº 00020702, faria jus a 10 décimos do CNP-4 (Administrador Regional), além de ter incorporado um CNE-5. Ele faleceu em 2017, deixando como beneficiário de pensão Carlos Roberto de Oliveira, matrícula nº 16810384. O valor da VPNI da Lei nº 4.584/2011 é o devido, considerando 10 décimos do CNP-4 (Lei nº 1.004/1996), mas os valores da representação e do vencimento do CNE-5 foram ajustados em julho/2017 para R\$ 5.530,19 e R\$ 536,76, respectivamente, os quais serviram de base de cálculo para a pensão (tela CADPVT09). Todavia, s.m.j., os valores corretos seriam R\$ 5.534,53 e R\$ 534,50, respectivamente. Embora não se possa dizer que a diferença seja irrisória, é de pequena monta, o que, considerando o custo de demandar a jurisdicionada e de procedimentos adicionais de controle, parece ser razoável que seja relevada. Além desse caso, também foi esclarecido que o servidor Gedalias Neves da Costa, matrícula nº 00186457, teria direito a 6 décimos do DF-12, 2 décimos do DF-13 e 2 décimos do CNP-4, com base na Lei nº 1.004/1996, além de ter incorporado o DF-11. Quanto a esse servidor, embora os valores apresentados à fl. 2.065 estejam incorretos, observou-se que a rubrica 10122 (VPNI da Lei nº 4.584/2011) foi corrigida em julho/2017 e as rubricas 10013 e 10031 (representação e vencimento do cargo incorporado) foram ajustadas no mês subsequente.

34. A Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, primeiramente solicitou dilação do prazo para resposta (fls. 2.298/2.301) e depois esclareceu que o servidor Ruy Xavier de Almeida, matrícula nº 0004475X, faria jus a 5 quintos do CNE-5, sendo, segundo o jurisdicionado, por meio da aplicação do percentual de 6,44%, o valor correto de R\$ 6.066,94, a ser



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

corrigido, conforme demonstrado nos documentos de fls. 2.680/2.684. Essa porcentagem consta na Circular nº 4/2011-SEAP. Todavia, a SEPLAG, por meio do Ofício nº 6/2016-SUGEP/SEPLAG, informou sobre a declaração de inconstitucionalidade artigo 5º da Lei nº 4.584/2011 na ADI nº 2012.00.2.023636-5 e esta Corte proferiu a Decisão nº 896/2017, disciplinando a atualização da parcela quintos/décimos, em face da citada inconstitucionalidade. Assim, tem-se que o valor correto para a parcela VPNI da Lei nº 4.584/2011 seria R\$ 6.069,03. Como não houve correção na tela CADPVT09 ao menos até o dia 18/10/2018 (o valor base dessa parcela para fins de cálculo inicial da pensão permanece em R\$ 6.112,46), sugere-se a correção para o valor de R\$ 6.069,03.

35. Como não houve manifestação da SINESP, da SE, da SES e da SC, sugere-se reiterar as situações a seguir, para que os jurisdicionados prestem os devidos esclarecimentos quanto aos reajustes da parcela VPNI da Lei nº 4.584/2011:

(...)

III-7) Da determinação para que fosse justificado pela SEF o reajuste concedido a Sueli Borges Pereira Domingues, mat. nº 18597-3, listada no Quadro IX do Relatório de Auditoria

36. A SEF esclareceu que o valor correto da VPNI a ser pago à servidora Sueli Borges Pereira Domingues, matrícula nº 00185973, seria R\$ 1.917,89, ao invés dos R\$ 19.017,89, o que foi corrigido a partir de setembro/2015. Como o abate-teto aplicado aos proventos da servidora desde o início da falha até dezembro/2014 foi maior que o montante pago a maior, não haveria o que ser ressarcido ao erário nesse período. Diante disso, a jurisdicionada efetuou o cálculo dos valores pagos indevidamente no período de janeiro a agosto/2015, chegando ao montante de R\$ 1.860,30, que, corrigido, chegaria ao total de R\$ 1.943,94, tendo havido o desconto para fins de ressarcimento ao erário no contracheque de dezembro/2015 (fls. 2.029-2.035). Assim, pode-se considerar cumprido o item III-7 da Decisão nº 6.415/2016.

III-8) Da determinação para que fosse juntado pelo SLU demonstrativo dos cargos/funções exercidos por Napoleão Filho de Freitas, mat. nº 60829-7, com as respectivas transformações/correlações e fundamentos legais, justificando os quintos/décimos incorporados, bem como o pagamento atual da vantagem a que deram origem

37. Das explicações apresentadas pelo SLU (fls. 2.213/2.251), observa-se que o servidor Napoleão Filho de Freitas, matrícula nº 00608297, incorporou inicialmente 6/10 do cargo de Assessor, DF-11, 2/10 de Gerente de Transportes e Equipamentos e 2/10 de Diretor da Divisão de Administração Geral, DF-12. Conforme demonstrativo de fl. 2.242, o primeiro cargo foi correlacionado com o de Assessor, DF-14, e os dois últimos com o cargo de Diretor da Diretoria de Gestão, CNE-06.

38. O servidor apresentou pedido de reexame (fls. 2.261/2.271 e 2.273/2.274) em face do disposto no item 3, subitem 8, da Decisão nº 6.415/2016, tendo o Tribunal concedido efeito suspensivo (Decisão nº 3.532/2017, à fl. 2.295), até o julgamento do mérito.

39. A Unidade Técnica opinou pela negativa de provimento ao pedido de reexame (fls. 2.462/2.474), sendo seguida pelo MPJTCDF (fls. 2.477/2.489). O servidor solicitou cópia de manifestações do SLU e da Unidade Técnica (fls. 2.491/2.492), tendo sido atendido (fls. 2.493/2.495). Ele apresentou novas ponderações (fls. 2.546/2.551).

40. O Relator opinou por negar provimento do pedido de reexame (fls. 2.570/2.607), tendo por correta a atualização da VPNI para 4/10 do CNE-6 e 6/10 do DF-14, e, após pedido de vista (Decisão nº 5.837/2017, à fl. 2.608), o Revisor opinou pelo provimento



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

parcial do recurso, apenas para dispensar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente a título da VPNI da Lei nº 4.584/2011 (fls. 2.609/2.619). O servidor voltou a apresentar novo documento (fls. 2.622/2.631), com vistas a ter reconhecido o direito à incorporação de 6/10 do CNE-7. O Relator aderiu à proposta do Revisor (fls. 2.632/2.673), que foi acolhida pelo Plenário (Decisão nº 2.382/2018, à fl. 2.674), tendo sido, portanto, esclarecido o item III-8 da Decisão nº 6.415/2016, sendo considerada regular a atualização da VPNI para 4/10 do CNE-6 e 6/10 do DF-14, sendo dispensando de ressarcir os valores indevidamente recebidos.

41. O servidor interpôs embargos de declaração (fls. 2.686/2.688 e 2.690), que foram providos somente para determinar ao SLU que examinasse o pleito a ser apresentado pelo embargante, o que seria verificado em futura fiscalização (Decisão nº 3.534/2018, à fl. 2.698).

42. Dessa forma, deve-se considerar atendido o item III-8 da Decisão nº 6.415/2016. III-9) a SES/DF esclareça a razão pela qual não foi editada lei em sentido estrito para instituir as vantagens de que tratam as Portarias nºs 94, de 21/05/2014, e 112, de 13/06/2014, apresentando documentação comprobatória dos valores repassados pelo Governo Federal com vistas a custear tais vantagens;

43. Não houve manifestação da SES, razão pela qual deve ser reiterada esta determinação.

III-10) a CLDF, em conjunto com os órgãos cessionários (Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais; Ministério dos Transportes), abra procedimento específico para quantificar os valores pagos acima do teto constitucional aos servidores Joan Goes Martins Filho, José Willemann e Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro, tendo em conta a percepção simultânea de remuneração em seu cargo de origem e no exercício de cargo comissionado, procedendo à restituição ao erário dos valores pagos indevidamente;

44. Quanto aos valores que teriam sido pagos acima do teto constitucional ao servidor José Willemann, a Casa Civil informou que teriam sido feitos os cálculos, com a respectiva comunicação ao servidor (fls. 2.050 e 2.062/2.064). Como não ficou demonstrado o ressarcimento ao erário, cabe reiterar esta determinação.

45. A SEPLAG mencionou não ter localizado o servidor Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro e só ter encontrado vínculo do servidor José Willemann na SERIS (fls. 2.203/2.204). É que ambos são servidores efetivos da CLDF, sendo que o primeiro estava cedido ao Ministério dos Transportes e o segundo, à SERIS, não tendo qualquer relação com a SEPLAG. Relativamente ao servidor Joan Goes Martins Filho, a SEPLAG encaminhou a comprovação da aplicação do abate-teto (fls. 2.196, 2.203 e 2.205/2.211), mas essa informação já constava no Relatório de Auditoria. O questionamento foi em relação ao valor que estava sendo descontado, vez que, baseando-se nos dados financeiros apresentados pela CLDF nos autos do Processo nº 19.696/2014 e nos dados do SIGH, a aplicação do teto remuneratório no mês de junho/2014 seria, s.m.j., a seguinte:

(...)

46. Desse modo, caberia à SEPLAG e à CLDF refazer os cálculos, para justificar a diferença entre o abate-teto aplicado e aquele devido, justificando a regularidade do pagamento ou adotando as providências cabíveis com vistas ao ressarcimento ao erário, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

III-11) a Secretaria-Geral de Administração desta Corte informe o resultado do Processo nº 9810/2011, onde se apuraram os valores indevidamente pagos acima do teto constitucional ao servidor José Augusto de Andrade Pinto, em face da percepção



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

simultânea de remuneração do seu cargo de origem e do cargo comissionado, para fins de restituição ao erário;

47. Após a manifestação da SEFIPE de fls. 204/206 no Processo nº 9.810/2011, com sugestão pela negativa de provimento à defesa de fls. 120/122 dos mesmos autos, houve nova notificação ao servidor José Augusto de Andrade Pinto, matrícula nº 561-4, para pronunciar-se sobre os cálculos de fls. 176/177 dos mesmos autos, caso tivesse interesse.

48. O servidor foi notificado (fl. 208), solicitou prorrogação de prazo para apresentar contrarrazões (fl. 215), o que ocorreu posteriormente (fls. 218/234).

49. O servidor basicamente questionou se a situação dele (cessão para exercício de cargo em comissão) seria ou não acumulação de cargos e sobre o marco temporal da aplicação do que dispôs a Decisão Administrativa nº 04/2015; argumentou que teria percebido de boa-fé os valores; também requereu que, no caso do indeferimento da aplicação do marco temporal da Decisão Administrativa nº 04/2015, que fossem desconsiderados os efeitos da Portaria nº 323/2012, bem como fossem excluídos do montante a ser ressarcido a indenização de férias não gozadas e o adicional de férias.

50. Em síntese, é o relatório.

51. Quanto à admissibilidade, entendo que não caberiam contrarrazões, posto que se trata de instrumento a ser utilizado por terceiros impactados pelo recurso interposto pelo recorrente e não por ele mesmo (artigo 283 do RITCDF), mas os argumentos apresentados pelo servidor podem ser admitidos como razões de justificativa, nos termos do artigo 126 do RITCDF, caso assim entenda o Relator.

52. A redação atual do artigo 37, inciso XI, da CRFB, que trata do teto remuneratório, foi dada pela EC nº 41/2003. Não houve inovação legislativa desde então quanto a esse aspecto.

53. Como narrado pelo recorrente nas razões de justificativa de fls. 218/234, ao assumir cargo em comissão, o servidor se afasta de suas atribuições do cargo efetivo e passa a exercer as do cargo em comissão. Nesse momento, pode optar por receber a remuneração do cargo efetivo, acrescido do valor do cargo comissionado, conforme previsto na legislação em vigor. Não haveria qualquer razoabilidade em admitir que, pelo exercício de qualquer cargo em comissão, o servidor pudesse perceber valor superior ao teto remuneratório previsto, posto que a Constituição Federal e a Lei Orgânica do DF, ao estabelecer determinadas funções como limite remuneratório, definiram que aquelas funções/atribuições deveriam ser as mais bem pagas pela Administração Pública.

54. Em relação à discussão sobre o enquadramento ou não da situação em que ele se encontrava como acumulação de cargos, como foi esclarecido na Informação de fls. 204/206, a Constituição Federal e, em consequência, a LC nº 840/2011 não consideram que haja acumulação de cargos no caso de um servidor ocupante de cargo efetivo estar cedido para exercício de cargo em comissão, visto que não incluiu essa possibilidade entre as exceções à regra geral de impossibilidade de acumulação. A LC nº 840/2011 trata da acumulação no artigo 46 e da ocupação de cargos em comissão e funções de confiança no dispositivo legal seguinte, deixando claro que são coisas distintas. Esse assunto também está sendo discutido no Processo nº 12.665/2018, com indicação da Unidade Técnica no sentido de não configurar acumulação de cargos a cessão de cargo efetivo para exercício de cargo em comissão e da não aplicação do que foi decidido nos REs 602.043 e 612.975 a tais situações.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

55. Também é importante destacar que o servidor foi cedido do TCDF para a Secretaria de Estado de Transportes do DF, onde estava em vigor a Instrução Normativa nº 01/2009-SEPLAG, que foi revogada pela Instrução Normativa nº 01/2011-SEAP. No artigo 6º de ambas as normas estava prevista a aplicação do teto remuneratório ao somatório das parcelas, em conformidade com a Constituição Federal e com a Lei Orgânica do DF, que foi aplicada a todos aqueles que estavam na mesma condição que o recorrente, inclusive a ele próprio e ao servidor Daniel Brasileiro Ramalho, também cedido desta Corte para o GDF, ainda que os descontos em ambos os casos tenham sido incorretos, como demonstrado no Relatório de Auditoria.

56. Não há, portanto, como aplicar o marco temporal da Decisão Administrativa nº 04/2015 ao caso em tela, por tratar de tema distinto (como consta na Informação de fls. 204/206, a Decisão tratou da dupla percepção de remunerações de cargos efetivos em situações previstas na CRFB, enquanto o caso em tela trata do recebimento de duas remunerações relativas à cessão de cargo efetivo para cargo comissionado) e por não ser possível negar validade à Constituição Federal, à Lei Orgânica do DF e às citadas normas infralegais.

57. Com relação à boa-fé do servidor, em nenhum momento foi questionada, mas, como consignado na Decisão nº 3.478/2014, isso não é suficiente para dispensar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, da mesma forma que, se o servidor receber valores pagos de boa-fé pelo Estado a menor, poderá pleitear a diferença posteriormente.

58. Quanto aos efeitos da Portaria nº 323/2012, que concedeu progressão funcional com efeitos retroativos, não há fundamento legal para não considerar tais valores na aplicação do teto remuneratório.

59. Sobre o questionamento da inclusão da indenização por férias não gozadas no cálculo do ressarcimento, entendo que deva prosperar. É que a indenização é pelo período em que deveria ter usufruído férias no cargo comissionado e não o fez. A título de exemplo, um servidor efetivo cuja remuneração ultrapasse o teto remuneratório, quando desligado, também faz jus ao acerto de férias, com a percepção do valor relativo ao período não usufruído, ainda que não estivesse de férias.

60. Por outro lado, em relação ao adicional de férias (um terço constitucional), a base de cálculo dele não poderia ser maior que o teto remuneratório constitucional. Conforme a planilha de fls. 176/177, o servidor já teria remuneração superior ao teto constitucional apenas no vínculo do TCDF, incluindo aqueles decorrentes da Portaria nº 323/2012, em todos os meses em que o servidor teria usufruído férias no órgão cessionário (dezembro/2011, novembro/2013 e maio/2014), sendo descabido, portanto, o pagamento dessa parcela pela Secretaria de Estado de Transportes.

61. Outro aspecto a ser discutido é sobre a inclusão ou não do valor retido a título de pensão alimentícia no montante a ser ressarcido ao erário pelo servidor. No demonstrativo de fls. 176/179, o Serviço de Pagamento de Pessoal deduziu a importância a título de pensão alimentícia do valor a ser ressarcido, o que implicaria em absorção do prejuízo pelo erário. Acontece que o GDF é mero responsável pela operacionalização da retenção e do repasse da pensão, não havendo transposição da obrigação do pagamento da pensão do servidor para o GDF, ainda que decorrente de decisão judicial. Então, se o GDF não tivesse essa incumbência, ao receber o pagamento a maior, o servidor teria que fazer esse pagamento da pensão alimentícia da mesma forma e, ao ter que ressarcir o erário, não caberia ao GDF absorver esse prejuízo decorrente do pagamento da PA, até porque o valor foi incorporado ao



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

patrimônio das filhas do servidor e não do GDF. Isso posto, entendo que, da importância a ser ressarcida ao erário, deve ser descontado apenas o imposto de renda retido na fonte, visto que esse valor já foi incorporado ao patrimônio jurídico do GDF no momento da retenção.

62. Apenas a título de informação, deve-se esclarecer que, na hipótese de acatamento da presente justificativa, abrir-se-ia um precedente para outros servidores requererem o mesmo tratamento e, para ilustrar o possível impacto da medida, em 2014, a rubrica 40455 do SIGRH (teto remuneratório unificado), aplicável tanto àqueles que acumulam cargos efetivos quanto àqueles cedidos para exercício de cargo em comissão, foi da ordem de R\$ 16 milhões.

63. Assim, em consonância com a Informação de fls. 204/206, até por não terem os documentos de fls. 218/234 trazido aos autos novos elementos que pudessem alterar o entendimento desta Unidade Técnica, sugiro que as razões de justificativa possam ser admitidas, com base no artigo 126 do RITCDF, e, no mérito, sejam parcialmente providas, determinando à SEGEDAM que revise os cálculos de fls. 176/179, para excluir a indenização por férias não gozadas do montante a ser devolvido e, por outro lado, para incluir os valores descontados a título de pensão alimentícia, posto que, embora seja decorrente de determinação judicial, o pagamento é obrigação do servidor e não do erário, que apenas operacionaliza o repasse ao pensionista, assegurando o contraditório e a ampla defesa ao servidor mais uma vez.

III-12) a SES proceda à abertura de procedimento específico para apurar a situação dos servidores Alexandre Rozenwald, Fidelia Vasconcelos de Lima e Zacarias Calil Hamu, cedidos da SES/DF, levando em consideração o disposto no art. 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014. Caso seja confirmada a ausência de prestação de serviços na SES, interrompa o pagamento e adote as medidas necessárias à restituição ao erário dos valores indevidamente pagos a partir da ciência da Decisão nº 2975/2008, sem prejuízo de observar os demais efeitos subsequentes;

64. A SES informou sobre a abertura dos Processos GDF nos 060-002496/2017 e 060-002495/2017, que tratam das acumulações de cargos de Alexandre Rozenwald, matrícula nº 01283774, e Fidelia Vasconcelos de Lima, matrícula nº 01259083, respectivamente, comunicou sobre a aposentadoria de Zacarias Calil Hamu, matrícula nº 01233688, que ocorreu em 14/05/2015, e apresentou alguns documentos (fls. 2.335, 2.339/2.352, 2.434 e 2.437/2.451), mas não consta nos autos nenhuma informação sobre a questão central deste item, qual seja, a impossibilidade de o servidor se afastar de dois vínculos efetivos para um comissionado e receber a remuneração de todos eles, quando o somatório das jornadas dos vínculos efetivos seja superior a 44 horas semanais e o servidor estiver trabalhando apenas no vínculo comissionado, que é o que dispõe o artigo 156 da LC nº 840/2011 e a Decisão nº 462/2014.

65. Após consultas ao SIGRH, ao Portal da Transparência do TJDF e ao DOU, observou-se que o servidor Alexandre Rozenwald, matrícula nº 01283774, foi exonerado da função de confiança FC-03 para a qual estava designado no TJDF em 23/10/2017, tendo se apresentado à SES em 02/02/2018 (telas CADHCR31 e CADHCR01 e Processo SEI nº 00060-00045904/2018-88).

66. Em face disso, cabe solicitar à SES o envio a esta Corte da documentação comprobatória de que os servidores Alexandre Rozenwald, matrícula nº 01283774, Fidelia Vasconcelos de Lima, matrícula nº 01259083, e Zacarias Calil Hamu, matrícula nº 01233688, tenham cumprido o somatório das jornadas dos vínculos efetivos no órgão cessionário (60 horas, 80 horas e 60 horas semanais, respectivamente) ou que tenham



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

deixado de perceber a remuneração de um dos vínculos efetivos, tendo em conta o disposto no artigo 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014, bem como que esclareça onde o servidor Alexandre Rozenwald, matrícula nº 01283774, exerceu suas atribuições no período de 23/10/2017 a 01/02/2018 em relação ao vínculo da SES, tendo em conta o interstício entre a data da dispensa da função comissionada no TJDF (23/10/2017) e o fim do período da cessão cadastrado no SIGRH (01/02/2018).

III-13) o SLU adote as providências que entender cabíveis em virtude do desfecho da ADI nº 2014.00.2.004230-4;

67. A ADI nº 2014.00.2.004230-4 foi julgada procedente e, em conformidade com o Decreto nº 36.308/2015, verificou-se que, a partir de janeiro/2015, os servidores e pensionistas retornaram para a Carreira Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos. Sendo assim, pode-se considerar cumprido este item.

III-14) a SES/DF justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 2, 3, 5, 7 e 15 da Tabela II (fls. 109/116);

68. O item 2, referente à acumulação da servidora Cleusa Maria Soares, matrícula nº 01128035, é de se dizer que a situação está sendo analisada no Ato SIRAC nº 008544-6 e no Processo nº 26763/2018-e, com indicação de ilegalidade pela Unidade Técnica, mas ainda sem deliberação plenária. Com isso e para evitar possíveis decisões concomitantes sobre o mesmo tema, sugere-se que a situação permaneça sendo tratada apenas naqueles atos.

69. Em relação ao item 3, o servidor Edilberto Alencar Vieira, matrícula nº 01215566, não tendo logrado êxito em ter sua acumulação considera lícita judicialmente, renunciou à aposentadoria do Ministério da Saúde, mantendo apenas a percepção dos proventos da SES (fls. 2.368/2.394 e 2.405/2.406), tornando lícita a situação dele.

70. Sobre o item 5, a documentação juntada pela SES (fls. 2.395/2.402 e 2.405/2.406) e a análise feita no tópico III-16 permitiram concluir que a acumulação de vínculos do servidor Elson de Souza, matrícula nº 01272721, está de acordo com o item a.2 da Decisão nº 728/2007.

71. Nos casos dos itens 7, que trata da servidora Idenir da Cunha e Silva, matrícula nº 0133574X, e 15, relativo a Sebastião Rodrigues da Silva, matrícula nº 01236946, a SES relatou a necessidade de desarquivamento de processos para análise da situação (fls. 2.405/2.406) e de prorrogação do prazo para cumprimento (fl. 2.451). Nos Atos SIRAC nos 011798-9 e 008093-6, que tratam das respectivas concessões na SES, ainda não houve manifestação pelo Controle Externo. Posto isso, sugere-se reiterar a determinação quanto a ambos (vínculos detectados, constantes nos itens 7 e 15 da Tabela II, às fls. 109/116, replicados abaixo).

(...)

III-15) a SE/DF justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 2 e 18 da Tabela II (fls. 109/116);

72. Embora não tenha havido manifestação da SE, as análises das concessões dos servidores Cleusa Maria Soares e Zivonildo de Souza Costa, em relação aos vínculos dessa Secretaria, estão sendo tratadas nos Atos SIRAC nos 008544-6 (Processo nº 26763/2018) e 008820-7 (Processo nº 2996/2018), nos quais já estão sendo tratados os aspectos relativos à acumulação. Para evitar retrabalho, entendo que essas questões possam continuar sendo tratadas apenas nos mencionados atos/processos.

III-16) o CBMDF justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 5 e 18 da Tabela II (fls. 109/116);



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

73. O Corpo de Bombeiros encaminhou documentação (fl. 2.149 e CD em anexo), esclarecendo a situação dos militares Elson de Souza (item 5 da Tabela II) e Zivonildo de Souza Costa (item 18 da Tabela II).

74. Da análise da documentação e do Ato SIRAC nº 008820-7, verificou-se que o primeiro teria migrado para o Quadro Bombeiro Militar Particular de Paramédicos, de acordo com a Portaria nº 37, de 25/09/1995, o que, no entender do CBMDF, enquadraria sua acumulação naquela prevista no art. 142, § 3º, inciso II, da CRFB, com a redação da EC nº 77/2014, além de estar amparado pelas Decisões nº 5.440/2004, 6.551/2005 e 5.385/2008, bem como pelo artigo 11 da EC nº 20/1998.

75. Em relação à migração para o Quadro Bombeiro Militar Particular de Paramédicos, tal alteração não tem o condão de modificar o posto exercido pelo militar, como já decidiu o TJDF, nos seguintes termos:

SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS DE PROFISSIONAL DE SAÚDE. CARGOS CIVIL E MILITAR. BOMBEIRO MILITAR. QUALIFICAÇÃO COMO PARAMÉDICO. SECRETARIA DE SAÚDE. AUXILIAR DE ENFERMAGEM. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. IMPOSSIBILIDADE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. INEXISTÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA.

1) - A Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XVI, alínea c, autoriza a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, quando houver compatibilidade de horário e desde que seja respeitado o teto constitucional, conforme inciso XI do mesmo artigo.

2) - Nos termos dos artigos 21 e 22 da Lei n.º 7479/86, que trata do Estatuto dos Bombeiros Militares do Distrito Federal, o cargo exercido pelo apelante junto ao CBM/DF é de bombeiro-militar, não sendo ele privativo da área de saúde.

3) - O ato do Comandante-Geral da Corporação Militar que alterou a atividade exercida pelo autor de bombeiro-militar combatente (QBMP-0-Combatente) para bombeiro-militar paramédico (QBMP-10-Paramédico) expressamente descreve tratar-se de mudança de qualificação, obtida após aptidão analisada por comissão interna específica.

4) - Ainda que desempenhada as funções na área de saúde perante a Corporação Militar, permanece o autor no cargo de bombeiro-militar, no qual foi originariamente investido através de concurso público, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal.

5) - Inexistindo o exercício de dois cargos privativos de saúde, descabida se mostra a incidência da acumulação disciplinada pelo artigo 37, inciso XVI, alínea c, da Constituição Federal, devendo ser observada a regra geral de inacumulação de cargos públicos.

6) - Não demonstrada foi a compatibilidade de horários, deixando a parte de comprovar o fato constitutivo de seu direito, como exigido pelo artigo 333, I, do CPC.

7) - Recurso conhecido e não provido.

(Acórdão n. 820276, 20120110005222APC, Relator: LUCIANO MOREIRA VASCONCELLOS, Revisor: SEBASTIÃO COELHO, 5ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 17/09/2014, Publicado no DJE: 23/09/2014. Pág.: -8)

76. Entretanto, há de se reconhecer que o caso em tela se molda à situação prevista no item a.2 da Decisão nº 728/2007, visto que, na data da vigência da EC nº 20/1998, ele



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

já estava na reserva remunerada e também havia ingressado no vínculo da SES (situação que se amolda ao previsto no artigo 11 da EC nº 20/1998).

77. No caso do segundo militar citado, sua acumulação está de acordo com o art. 58 da Lei nº 7.479/1986 e com a Decisão TCDF nº 728/2007. Foram feitos alguns questionamentos na Decisão nº 1148/2018, que trata da aposentadoria dele no vínculo da SEDF, mas que serão tratados naqueles autos.

78. Assim, no que tange exclusivamente à questão do enquadramento das acumulações naquelas hipóteses previstas na CRFB, tem-se que ambas as situações sob análise estão de acordo com os entendimentos desta Corte, em especial a Decisão nº 728/2007.

III-17) a Novacap preste esclarecimentos sobre o motivo pelo qual o Programa de Metas e Resultados constante no Acordo Coletivo de Trabalho 2013-2015 não está vinculado ao desempenho da Companhia, bem como informar os critérios adotados para a distribuição de dividendos aos empregados da empresa;

79. A Novacap apresentou o Programa de Metas e Resultados 2015 (PMR), contendo as metas e os indicadores relativos a podas de árvores, a operações de tapa buracos e a drenagem pluvial, bem como os resultados alcançados (fls. 2.313/2.331), o que permite considerar atendido o item III-17 da Decisão sob análise.

III-18) em relação ao Auxílio-Transporte, a SES ajuste o pagamento aos servidores que trabalham em regime de escala e que percebem o benefício em dissonância com o normativo vigente, devendo efetuar o cálculo do auxílio com base no número de dias efetivamente trabalhados e não com base no número de dias úteis do mês, como nos casos de Adonília Maria Leite Magalhaes, Eliane Rodrigues dos Santos e Maria Alice Ferreira da Silva Gomes, matrículas SES nos 1432673-6, 1435398-9 e 143221-4, respectivamente;

80. Apesar de não ter havido resposta da jurisdicionada, no caso da servidora Adonília Maria Leite Magalhaes, matrícula nº 14326736, o auxílio-transporte, que chegou a R\$ 2.203,20, foi ajustado para R\$ 550,80 a partir do mês de novembro/2017, R\$ 500,80 desde julho/2018 e R\$ 575,95 em setembro/2018. Já no caso da servidora Eliane Rodrigues dos Santos, matrícula nº 14353989, o auxílio-transporte, que chegou a R\$ 2.003,20, foi ajustado para R\$ 525,80 a partir do mês seguinte e R\$ 499,95 desde julho/2018. E a servidora Maria Alice Ferreira da Silva Gomes, matrícula nº 143221-4, que chegou a receber R\$ 2.440,18, passou a receber R\$ 1.903,04 em junho/2016 e parou de receber a parcela a partir do mês seguinte, não havendo novos pagamentos ao menos até setembro/2018.

81. Como as situações dos servidores supracitados eram apenas exemplificativas, também foi feita uma análise da evolução dos pagamentos da rubrica auxílio-transporte no âmbito da SES e os resultados são os seguintes:

(...)

82. Observa-se que houve significativa alteração entre os meses de maio e julho/2018, supostamente pela implementação das sugestões apresentadas na determinação em comento. Em face do exposto, pode-se considerar cumprido o item III-18 da Decisão nº 6.415/2016, com recomendação para que a SEFIPE verifique em futura auditoria a evolução da rubrica auxílio-transporte na jurisdicionada.

IV – Da recomendação para que a SES revisasse a Portaria nº 199/2014, de modo a evitar o exercício de jornadas excessivas

83. Esse tema foi tratado no Processo nº 27863/2015, tendo sido considerados ilegais alguns dispositivos da Portaria nº 199/2014-SES, conforme Decisão nº 3.926/2017.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

V-1-a) Da determinação para que o IBRAM informasse a situação atualizada do Processo nº 391.001.393/2015, de interesse de Romulo Pitangui Abdalla, mat. nº 263899-1

84. O servidor obteve decisão judicial favorável transitada em julgado (em 02/09/2016), nos autos do Processo nº 0729897-90.2015.8.07.0016-TJDFT, que o desobrigou de apresentar os recibos dos transportes coletivos interestaduais, bem como considerou ser possível a percepção de auxílio-transporte cumulativamente com a indenização de transporte (fls. 2.114/2.127 e site do TJDFT).

V-1-b) Da determinação para que o IBRAM informasse se teria havido regularização da comprovação do direito ao Auxílio-Transporte por parte de Francinete Almeida da Cruz Silva, mat. nº 1668182-7, Jhonei Batista de Souza, mat. nº 183993-4, Paulo Henrique de Oliveira Fernandes, mat. nº 198373-3, e Sebastião V. Augusto de Oliveira, mat. nº 1668179-7

85. Em relação ao pagamento do benefício à servidora Francinete Almeida da Cruz Silva, matrícula nº 16681827, consta, às fls. 2.114 e 2.128/2.134, que ela teria apresentado declaração de que a empresa de transporte coletivo não forneceria bilhetes de passagem. Embora a servidora tenha apresentado comprovante de endereço de Sobradinho e consta na declaração da empresa uma rota entre Formosa e Planaltina, considerando que a servidora foi exonerada no DODF de 29/06/2018, p. 39, o que também consta no SIGRH, pode-se considerar a perda de objeto do caso em tela.

86. Os servidores Jhonei Batista de Souza, matrícula nº 01839934, não atendeu à notificação administrativa e Paulo Henrique de Oliveira Fernandes, matrícula nº 01983733, não apresentou a segunda via do bilhete da passagem e, por isso, ambos tiveram seus benefícios suspensos, a contar de novembro e dezembro/2015, respectivamente (fls. 2.114 e 2.135/2.143). Em consulta à ficha financeira no SIGRH, verificou-se que nenhum dos benefícios foi restabelecido desde então.

87. Por último, em relação ao servidor Sebastião Vicente Augusto de Oliveira, matrícula nº 16681797, ele apresentou declaração de que a empresa não emitiria bilhetes na linha por ele utilizada (fls. 2.114 e 2.144/2.148). O benefício deixou de ser pago em novembro/2016 e ele se aposentou por invalidez no INSS, tendo sido desligado em 17/08/2017 no SIGRH. No caso, chamou atenção o valor de R\$ 9,42 por trecho lançado no SIGRH (tela TABBEN36, linha 0589, mês de referência 09/2015), enquanto consta no documento emitido pela VIAN no mesmo mês de referência (fl. 2.148) o valor de R\$ 3,90 para o mesmo trecho. Sendo assim, caberia solicitar ao jurisdicionado esclarecimentos sobre essa divergência nos valores, tendo em conta que é possível que haja diferenças em outras linhas, afetando um número potencialmente significativo de servidores.

V-2) Da determinação para que a PCDF, o DETRAN, o SLU, a SINESP e a SEPLAG esclarecessem as razões para o endereço fornecido por determinados servidores para fins de recebimento de Auxílio-Transporte divergir do constante no cadastro da Receita Federal

88. Quanto aos servidores do DETRAN, Karina Fernandes Oliveira, matrícula nº 02509261, que já havia apresentado os bilhetes do transporte público utilizados (fls. 858/865), informou que o endereço informado ao DETRAN é o da casa dos pais, onde residia até o casamento (abril/2015), e que o endereço no qual de fato residiria seria o declarado à RFB, mas que ambos são na mesma cidade (Unai/MG), não tendo havido mudança da linha de transporte que utilizaria para se deslocar para o trabalho (fls.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

1.820/1.822). E, à fl. 1.825, o servidor Isaac Amaro da Silva, matrícula nº 01941720, que também havia apresentado os bilhetes do transporte público utilizados (fls. 873/892), informou que o endereço cadastrado na RFB teria sido informado pelo contador, por equívoco, e seria o de sua genitora, enquanto que o endereço apresentado ao DETRAN seria o correto. Na primeira manifestação, o endereço informado por ele foi de Unai/MG (comprovante à fl. 872), enquanto nesta nova manifestação apresentou um novo endereço, de Valparaíso de Goiás/GO (comprovantes às fls. 1.826/1.827), tendo sido verificado no SIGRH (telas BENVLT02 e PAGMAN45) a suspensão do pagamento do referido benefício, a contar de abril/2016. Diante dos esclarecimentos prestados e da documentação apresentada, deve-se considerar cumprido o item V-2 da Decisão nº 6.415/2016 quanto aos servidores do DETRAN.

89. Em relação ao auxílio-transporte percebido pelo servidor Ariosvaldo Rocha Vieira, a PCDF encaminhou documentação em que ele declara que o endereço que constava no cadastro da RFB estaria alugado, tendo apresentado contrato de locação do imóvel de Brazlândia/DF, cópia do IRPF retificado, com o endereço de Mimoso de Goiás/GO, bem como comprovante deste endereço (fls. 2.167/2.176). Da análise do contrato apresentado, observa-se que data de 06/02/2012, nele constando, todavia, o telefone da inquilina com 9 dígitos, o que só foi implementado no DF e em Goiás em meados de 2016, além de, na cópia juntada aos autos, não constar valor do contrato, data do término e assinatura dos contratantes, e, na declaração de IRPF apresentada pelo servidor, não constarem os rendimentos auferidos com o aluguel no ano de 2016. Posto isso, entendo que o documento apresentado pelo servidor não seria prova idônea para comprovar o aluguel e, não tendo sido possível obter outras evidências que ratificassem tal afirmação (na CEB e na CAESB, por exemplo, de acordo com os últimos dados aos quais o TCDF teve acesso – 06/2018 e 04/2018, respectivamente –, as faturas continuam sendo emitidas em nome do servidor), é prudente solicitar novos esclarecimentos à PCDF.

90. Quanto ao servidor Lázaro Cardoso de Oliveira, matrícula nº 00530700, ele informou que o endereço que constava na RFB era usado para fins de correspondência, uma vez que sua residência é em área rural, não atendida por agência dos Correios, o que foi confirmado pela SEPLAG. Foram apresentados os bilhetes do transporte coletivo do período de 01/02/2017 a 24/02/2017 e o endereço que consta atualmente no SIGRH é o mesmo que consta na RFB (fls. 2.181/2.195). Assim, deve-se considerar esclarecida esta situação.

91. O servidor Silvano Ferreira da Cunha, matrícula nº 00821241, do SLU, apresentou documentação comprovando que o endereço correto em que reside é o que consta no SIGRH (fls. 2.255/2.257), tendo se prontificado a corrigir o dado na RFB, o que ainda não ocorreu, conforme consulta ao Sistema CPF. Tendo em conta não haver obrigatoriedade de os dados de ambos os sistemas estarem idênticos e diante da documentação apresentada, entendo que pode ser considerado elucidado este caso.

92. Não houve resposta por parte da SINESP, mas observou-se que o servidor Renato de Jesus Afonso, matrícula nº 02613158, foi exonerado em 31/12/2014, não havendo razão para reiterar o pedido de esclarecimentos.

V-3) Da determinação para que a PCDF corrigisse no SIAPE o endereço de Isabel Cristina Neto de Oliveira, mat. 43843-X, de acordo com o comprovante apresentado

93. A PCDF esclareceu que desde novembro/2009 o cadastro e o processamento da folha dos servidores das carreiras administrativas é feita no SIGRH, razão pela qual haveria a impossibilidade de alteração do endereço da servidora Isabel Cristina Neto



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

de Oliveira, matrícula 0043843X, no SIAPE (fls. 2.167/2.168). Entretanto, apresentou comprovação do endereço do SGRH (fl. 2.177), que é o mesmo que consta no Sistema CPF da RFB. Posto isso, deve-se considerar cumprida esta determinação.

V-4) Da determinação para que o SLU desse ciência a Moacir Ferreira da Cruz, mat. nº 82706-1, que, de acordo com o art. 30 do Decreto nº 3.000/1999 (Regulamento do Imposto de Renda), a alteração do endereço residencial deve ser comunicada às repartições competentes no prazo de 30 (trinta) dias, ou quando da entrega da declaração de IR

94. O SLU informou que o servidor Moacir Ferreira da Cruz, matrícula nº 00827061, deixou de perceber o auxílio-transporte em setembro/2016 (fls. 2.213/2.216 e 2.259/2.260), mas ele ainda recebeu essa parcela no referido mês. De todo modo, como os pagamentos foram suspensos a partir de outubro/2016, pode-se considerar atendido o item V-4.

V-5) Da determinação para que a CAESB noticiasse o resultado das providências adotadas quanto ao recebimento em duplicidade do Auxílio-Alimentação pela servidora Amanda R. de Camargo do Nascimento

95. De acordo com o documento de fls. 1.792/1.805, observou-se que a servidora percebeu na SEDF vencimentos de 08/2014 a 04/2015, tendo percebido no período R\$ 3.550,50, que, corrigidos até outubro/2015 pelo SINDEC (Portaria nº 212/2002), resultou no montante de R\$ 3.675,35, que foi pago pela empregada da CAESB em 6 parcelas. Assim, pode-se considerar cumprido o item V-5 da Decisão nº 6.415/2016.

V-6) Da determinação para que a SE/DF informasse as providências adotadas visando ao ressarcimento da quantia indevidamente percebida a título de Auxílio-Alimentação (na CAESB e na própria SE/DF) pelos servidores Hugo Alberto Gonçalves Delmondes, mat. nº 226247-9, e Rogério Jovem de Araújo, mat. nº 224552-3

96. A SE informou que havia enviado as comunicações para o servidor Rogério Jovem de Araújo e, no caso da falta de contato, o caso seria encaminhado à PGDF para adoção das medidas cabíveis (fls. 2.157/2.158 e 2.164/2.166). Em consulta o Processo SICOP nº 080-014007/2016, constatou-se que teria sido criado o Processo SEI nº 00020-00023672/2017-75, para execução da cobrança extrajudicial pela PGDF. Além disso, em verificação no SGRH, observou-se que o servidor foi exonerado em 21/03/2017.

97. No caso do ressarcimento dos valores pagos na SE e na CAESB ao servidor Hugo Alberto Gonçalves Delmondes, a SEDF enviou cópia do ofício solicitando informações à CAESB sobre os valores pagos naquela Companhia (fls. 2.157/2.158). Do mesmo modo que o caso anterior, constatou-se que teria sido criado o Processo SEI nº 00020-00023312/2017-73, para execução da cobrança extrajudicial pela PGDF, mas não se verificou o ressarcimento dos valores até o presente momento.

98. Sendo assim, entendo que o item V-6 da Decisão nº 6.415/2016 deve ser endereçado à PGDF, para informar a esta Corte se os Processos SEI nos 00020-00023672/2017-75 e 00020-00023312/2017-73 tratam de ressarcimento de auxílio-alimentação pelos servidores Rogério Jovem de Araújo e Hugo Alberto Gonçalves Delmondes e, em caso positivo, comunicar sobre o andamento/desfecho de ambas as cobranças.

VI-1) Da determinação para que todas as jurisdicionadas, em nível de rotina, exigissem comprovação da realização de despesa com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, em consonância com a natureza da Indenização de Transporte e com o disposto no art. 106 da LC nº 840/2011



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

99. A SEF alegou que a comprovação da realização de despesa com a utilização de meio próprio estaria a depender de análise da Portaria instituidora pela Assessoria Jurídico-Legislativa daquele órgão, não tendo informando precisão de quando isso ocorreria (fls. 2.022/2.028).

100. A Casa Civil informou que teria implementado novas rotinas e aperfeiçoado as já existentes, para evitar pagamentos indevidos (fl. 2.050).

101. A Agefis, por sua vez, informou que a comprovação se dá mediante apresentação de relatório mensal de atividades, conforme Decretos nos 31.860/2010 e 31.861/2010 (fls. 2.090/2.091).

102. A Novacap informou ter realizado recadastramento em 2016, de modo a atender aos itens VI-1 e VI-2 (fls. 2.310/2.312).

103. O DFTRANS informou sobre a edição da Instrução nº 119, de 22/05/2017, que estabeleceu o limite de 20 dias para percepção do valor integral da indenização de transporte, além de limitar a um deslocamento indenizável por dia (artigo 10), conforme fls. 2.456/2.461.

104. A SEDESTMIDH informou que a concessão da indenização de transporte é condicionada à publicação de ato específico, nos termos do artigo 5º, inciso I, alínea "d", da Portaria nº 140/2017, apenas os Agentes de Crédito, lotados nas Agências da Diretoria de Concessão e Recuperação de Microcrédito, fazem jus à parcela e o pagamento depende de apresentação de Mapa de Controle de Indenização de Transporte, de acordo com o Decreto nº 13.447/1991, contendo detalhadamente o trajeto e a descrição da atividade realizada, bem como sendo atestado pela chefia imediata (fls. 2.680/2.684).

VI-2) Da determinação para que todas as jurisdicionadas, em nível de rotina, realizassem periodicamente levantamento geral dos servidores que percebem Auxílio-Transporte, confrontando as informações do domicílio existentes no SIGRH com aquelas existentes no banco de dados da Receita Federal do Brasil e com as linhas de ônibus a serem utilizadas pelos servidores

105. O DETRAN informou que: (1) não teria acesso ao banco de dados da RFB, mas que tentaria verificar a possibilidade de viabilizar tal acesso, e (2) teria realizado um confronto das informações dos domicílios existentes com as linhas de ônibus a serem utilizadas, mas o resultado não teria sido eficiente, razão pela qual estaria realizando uma atualização geral dos endereços residenciais e das linhas de ônibus utilizadas pelos servidores, de modo a assegurar que o cadastro permaneça o mais atualizado quanto possível, passando a ser adotado como procedimento padrão e periódico de verificação (fls. 1.818/1.819).

106. A SEF, por sua vez, informou que teria realizado comunicado convocando todos os servidores para que recadastrassem os endereços até o dia 02/03/2017 (o documento no qual consta essa informação é de 16/02/2017) e, à medida que esses dados fossem sendo atualizados, as informações iriam ser confrontadas com as declarações de renda e com o SIGRH (fls. 2.024/2.028).

107. A Casa Civil, do mesmo modo que foi relatado no tópico anterior, comunicou sobre a implementação de novas rotinas e o aperfeiçoamento das já existentes, para evitar pagamentos indevidos (fl. 2.050).

108. A Agefis informou que os auxílios são concedidos mediante apresentação de termo de responsabilidade do servidor, juntamente com o comprovante de residência atualizado, além de ser feita verificação no SIGRH e vista a possibilidade de deferimento de linhas com menor custo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

109. A SE comunicou que executaria periodicamente o levantamento dos servidores que trabalham em regime de escala, inclusive orientando as Regionais de Ensino a atualizarem mês a mês os dados dos auxílios-transportes e dos dias trabalhados, bem como informou que, em conjunto com as Regionais de Ensino, periodicamente faria levantamento, confrontando endereços residenciais com as linhas de transporte coletivo cadastradas. Quanto à comunicação com a RFB, enviou Ofício, mas não teria tido retorno para ter acesso aos dados informados ao Fisco Nacional. Por último, a jurisdicionada trouxe aos autos alguns questionamentos quanto à sugestão apresentada no Relatório de Auditoria sobre a necessidade de apresentação dos bilhetes das viagens interestaduais, mas o tema foi superado com a Decisão nº 2.609/2017, proferida nos autos do Processo nº 958/2016 (fls. 2.157/2.158 e 2.160/2.163). Posteriormente, a SE também apresentou detalhes sobre os novos procedimentos administrativos para a concessão do auxílio transporte aos servidores que residem na RIDE (fls. 2.302/2.307).

110. A Coordenadoria de Gestão de Pessoas da SEPLAG declarou utilizar a legislação vigente para fins da comprovação do endereço e que não teria acesso à base de dados da Receita Federal para fins de verificação dos endereços, tendo solicitado auxílio para viabilização do acesso (fl. 2.203).

111. O SLU informou que realizará recadastramento anual (mês de março), tendo juntado o texto da Circular nº 002/2017, de 23/03/2017, que convocou os servidores que recebessem o benefício para atualização cadastral (fls. 2.213/2.216).

112. A Novacap informou ter realizado recadastramento em 2016, de modo a atender aos itens VI-1 e VI-2 (fls. 2.310/2.312).

113. O DFTRANS, por sua vez, informou sobre a questão de ser necessário manter a compatibilidade entre o pagamento do auxílio-transporte e a escala de serviço e a efetiva utilização do transporte coletivo, tendo também apresentado algumas diligências que têm sido adotadas por aquela Autarquia (fls. 2.456/2.461).

Rubrica

114. A SEDESTMIDH comunicou que não tem acesso à base de dados da Receita Federal do Brasil e que a análise para fins de concessão do auxílio-transporte já incluía a verificação de dados do SIGRH e das linhas que compunham o itinerário do servidor, tendo sido incorporada rotina de atualização anual desses dados, dentro das limitações de pessoal do órgão (fls. 2.680/2.684).

VI-3) Da determinação para que todas as jurisdicionadas, em nível de rotina, providenciassem, para os servidores com acumulação lícita de cargos públicos (ressalvados os servidores amparados por decisões judiciais, a exemplo dos médicos alcançados pelo RMS 33.100-STJ), a glosa do que excedesse ao teto remuneratório, considerada a soma das remunerações

115. A SEF comunicou que a glosa ao valor excedente ao teto remuneratório já seria aplicada no SIGRH, pela SEPLAG, nos casos de vínculos de órgãos integrantes da administração do DF e a exceção ficaria com os vínculos de outros entes federados ou alcançados por alguma medida judicial (no caso da SEF, haveria apenas um caso, da aposentada Veridiana Bragança da Silva – Processo nº 2013.00.2.000706-8-TJDFT, às fls. 2.039-2.042).

116. A Agefis também informou que o SIGRH faria essa aplicação do teto remuneratório (fl. 2.091).

117. A SEDESTMIDH deu ciência de que não teria acesso ao somatório das remunerações (fls. 2.680/2.684).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

118. Quanto ao tema, posteriormente ao entendimento adotado por esta Corte no tópico em análise, o Supremo Tribunal Federal, nos REs nos 602043 e 612975, decidiu que, nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público. Em decorrência disso, esta Corte determinou a realização de estudos especiais (Processo nº 12.665/2018-e) para discutir os desdobramentos da decisão da Suprema Corte, em cumprimento ao item II da Decisão nº 1618/2018, exarada nos autos do Processo nº 32.101/2016-e. Isso posto, deve-se alertar os jurisdicionados para que acompanhem e adotem as determinações que vierem a ser proferidas no Processo nº 12.665/2018-e.

VII-1) Da recomendação para que a SEDF acompanhasse o desfecho dos recursos tratados no Processo nº 958/2016-e, adotando, ato contínuo, as medidas cabíveis para o controle da despesa com Auxílio-Transporte e adoção de providências com vistas a eventuais ressarcimentos

119. Por meio da Decisão nº 2.609/2017, esta Corte deu provimento ao Pedido de Reexame interposto por servidores da SEDF, de modo a afastar a exigência de apresentação mensal dos bilhetes utilizados nas viagens interestaduais, para fins de comprovação da despesa (fl. 2.455). Em face disso, tem-se por superado o tema tratado no referido item VII-1.

VII-2) Da recomendação a todas as empresas públicas e sociedades de economia mista do Distrito Federal que, ao firmarem acordos coletivos de trabalho, no caso de constar cláusula de distribuição de lucros e resultados, vinculem essa distribuição ao desempenho da entidade e/ou das unidades às quais os empregados estão vinculados, distribuindo aos empregados os dividendos de acordo com o desempenho individual, de modo a valorizar a meritocracia;

120. A NOVACAP apresentou seu Programa de Metas e Resultados 2015 (fls. 2.310/2.331), que não estava contido em seu acordo coletivo de trabalho, contendo as metas empresariais globais, de melhoria da gestão empresarial, setorial de gestão administrativa e individual. Entendo que as duas primeiras estão condizentes com atribuições da Companhia, a terceira depende de um plano de ação, a ser elaborado pelas áreas, e a última parece estar em dissonância com a finalidade da empresa, vez que leva em conta apenas o número de faltas injustificadas e essa é uma obrigação do empregado e não uma meta. Entretanto, como o artigo 2º, § 1º, da Lei nº 10.101/2000, não apresenta um rol exaustivo de critérios e condições a serem utilizados pelas empresas para fins de participação em lucros e resultados, não seria possível afirmar que esse parâmetro esteja em desacordo com o citado dispositivo legal.

121. As demais empresas jurisdicionadas não se manifestaram, em que pese a matéria já ter sido objeto de análise ou estar com verificação em andamento em processos de auditoria específicos (Processos nos 11.937/2016 – Terracap, 2.036/2017 – CEB e 31.350/2018 – CAESB).

VII-3-a) Da recomendação ao Governador do Distrito Federal para que revisse a legitimidade/regularidade das cessões dos professores e dos profissionais da área de saúde (VII-3-a-i) e para que atentasse, quando das autorizações para futuras cessões, para o que dispõe a parte inicial do caput art. 152 da LC nº 840/2011 (VII-3-a-ii)

122. A SEPLAG informou que teria adotado as medidas administrativas relativas aos itens VII-3-a-i e VII-3-a-ii, ao adotar o previsto na Circular nº 004/2017-GAB/SEPLAG, de 13/02/2017 (fls. 2.198/2.201), elaborada em cumprimento à Decisão



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

nº 6.285/2016, além de noticiar a criação de grupo de trabalho para rever todos os atos de cessões de servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal do DF (Processo SEI nº 00410-00011927/2017-17).

123. Dessa forma, entendo que o item VII-3-a-i pode ser considerado cumprido, em decorrência da criação de grupo de trabalho para rever todas as cessões, assim como o item VII-3-a-ii, pelo que consta no seguinte trecho da citada Circular nº 004/2017-GAB/SEPLAG (fls. 2.199/2.201):

Além disso, nos casos de cessão, deverá constar a declaração de que o afastamento do servidor não trará prejuízo ao seu órgão de origem. Caso contrário, deve-se justificar a qual interesse público maior a autorização do servidor visa atender.

Das recomendações ao Governador do Distrito Federal para que: (VII-3-b) encaminhasse à CLDF projeto de lei com vistas a estabelecer limite máximo das jornadas de trabalho para os servidores que acumulam lícitamente cargos públicos; (VII-3-c) editasse norma para regulamentar o disposto no art. 57, § 3º, da LC nº 840/2011; (VII-3-d-i) permitisse a majoração de VPNIs apenas quando fossem concedidos reajustes gerais para os servidores públicos, assim entendidos aqueles que se aplicam a todos, indistintamente, como ocorreu, por exemplo, por força do art. 1º da Lei nº 3.172/2003; (VII-3-d-ii) fizesse prever em lei a absorção completa das VPNIs pelos reajustes vencimentais da categoria, quando fossem criadas apenas para evitar eventual decréscimo remuneratório; (VII-3-e) quando da criação de gratificações/parcelas pecuniárias, atentasse para a relação entre o custo de implementação/controle e os benefícios advindos da diferenciação/segmentação dos servidores que farão jus a tais vantagens

124. Compulsando os autos, não se verificou posicionamento do Governador do DF quanto às recomendações citadas. Porém, como não havia compulsoriedade, não existe razão para solicitar posicionamento quanto a esses aspectos, até porque a Decisão em tela foi levada a conhecimento da referida autoridade, conforme consta no documento de fls. 1.728.

VIII) Da ciência ao Governador do Distrito Federal sobre o montante e o impacto dos reajustes concedidos aos militares a título de auxílio moradia (Quadro XI do Relatório de Auditoria), para que fossem avaliados os valores e prazos de implementação dos reajustes futuros

125. Quanto a esse aspecto, também não houve, s.m.j., manifestação do Governador do Distrito Federal ou alteração no cronograma do auxílio moradia dos militares distritais e, em 2017, essa despesa, que era da ordem de aproximadamente R\$ 7 milhões para inativos (rubrica 82.228) e de R\$ 14 milhões para ativos (rubrica 82.135), passou para cerca de R\$ 315 milhões, tanto para ativos quanto para inativos, totalizando mais de R\$ 631 milhões (acréscimo de quase 2.764% em relação a 2013, exercício anterior ao início da implementação dos reajustes previstos no Decreto nº 35.181/2014).

126. Todavia, como o enunciado foi apenas para dar ciência ao Governador do DF e todos os reajustes previstos no decreto supracitados foram concedidos, não há novas proposições a serem feitas quanto a essa questão.

Da Denúncia Anônima Relativa a Cessão de Servidor

127. À fl. 1.657, consta denúncia anônima relatando a cessão do servidor Marco Aurélio de Lemos Santos, matrícula nº 14013088, do cargo de Auditor de Atividades Urbanas da SES para o exercício de cargo em comissão no Arquivo Público do DF (matrícula nº 02691078), apesar de, segundo o autor, o GDF ter declarado estado de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

emergência nos órgãos da saúde do DF por 3 vezes consecutivas, além da carência de servidores nessa área e a ausência de prestação de serviços.

128. Embora não haja a possibilidade de conhecimento de denúncia anônima por esta Corte (artigo 229, § 7º, da Resolução nº 296/2016, que aprovou o Regimento Interno do TCDF), pela relevância do tema, entendo que o Tribunal poderá usar a prerrogativa contida na parte final do normativo citado para solicitar esclarecimentos ao GDF.

129. Tendo em conta que a cessão do servidor foi publicada no DODF de 28/09/2015, p. 26, com fulcro no artigo 152 da LC nº 840/2011, sugere-se que esta Corte solicite à SEPLAG esclarecimentos, com a documentação comprobatória respectiva e com cópia do Processo nº 0060-008350/2015, que comprovem que não houve prejuízo para o serviço no caso da cessão em tela.

Da Cassação de Aposentadoria Decorrente Destes Autos

130. Por fim, deve-se apontar que o IPREV informou a esta Corte, encaminhando a documentação comprobatória (fl. 2.701 e CD em anexo), sobre a cassação da aposentadoria do servidor João Neris de Oliveira Neto do cargo de Agente de Vigilância da FUNASA, em face da comunicação ao TCU de possível acumulação ilícita de cargos contida no item IV-2-d da Decisão nº 3.191/2015.” (Grifos no original e acrescidos)

5. Ao final, sugeriu ao e. Plenário:

“I – tomar conhecimento:

a) do documento de fl. 1.657, bem como dos de fls. 1.751/1.827, 2.021/2.065, 2.090/2.103, 2.109/2.260, 2.298/2.454, 2.456/2.461, 2.680/2.684 e 2.701, dos CDs em anexo (apresentados pela CAESB, pelo CBMDF, pelo IBRAM e pelo IPREV) e do Processo nº 9.810/2011 (apensado a estes autos), apresentados em atendimento à Decisão nº 6.415/2016, bem como das informações deles constantes e relatadas nesta Instrução;

b) da decisão judicial favorável transitada em julgada obtida pelo servidor Romulo Pitangui Abdalla, matrícula nº 02638991, para desobrigá-lo de apresentar os recibos dos transportes coletivos interestaduais, que fora determinado no item V-1-a da Decisão nº 6.415/2016;

c) das justificativas apresentadas e dos procedimentos adotados, sem embargo de serem realizadas verificações do cumprimento em futuras fiscalizações: (1) pela SEF, pela Casa Civil, pela Agfis, pela Novacap, pelo DFTRANS e pela SEDESTMIDH em relação aos itens VI-1 e VI-2 da Decisão nº 6.415/2016; (2) pelo DETRAN, pela SE, pela SEPLAG e pelo SLU, apenas em relação ao item VI-2 da Decisão nº 6.415/2016; (3) pela Novacap, em relação ao item VII-2 da Decisão nº 6.415/2016;

d) da cassação da aposentadoria do servidor João Neris de Oliveira Neto do cargo de Agente de Vigilância da FUNASA, em face da comunicação ao TCU de possível acumulação ilícita de cargos contida no item IV-2-d da Decisão nº 3.191/2015;

II. ter por cumprido o item II da Decisão nº 6.415/2016, para considerar lícito o artigo 3º da Instrução Normativa nº 72/2014, em face das alterações previstas na Instrução Normativa nº 77/2015;

III. considerar cumpridos os itens III-2-a, III-7, III-8, III-13, III-16, III-17, III-18, V-3, V-4, V-5 e VII-3-a da Decisão nº 6.415/2016;

IV. ter por superado:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

a) o item IV da Decisão nº 6.415/2016, posto que o tema foi tratado no Processo nº 27.863/2015, que resultou na Decisão nº 3.926/2017;

b) o item VII-1 da Decisão nº 6.415/2016, em face do entendimento constante na Decisão nº 2.609/2017;

V. em cumprimento ao item VI-3 da Decisão nº 6.415/2016, alertar os jurisdicionados para que acompanhem e adotem as determinações que vierem a ser proferidas no Processo nº 12.665/2018-e, que trata dos desdobramentos ao que decidiu o Supremo Tribunal Federal nos REs nos 602043 e 612975;

VI. determinar, para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que:

a) a SES, a SE e o DER verifiquem a regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores listados no Quadro I desta Informação, comparando o domicílio informado com as linhas de transporte coletivo a serem utilizadas, bem como a quantidade de vales recebidos com a escala de trabalho efetivamente realizada;

b) a SE e a SES tragam aos autos as justificativas para as possíveis averbações de tempo para fins de ATS em duplicidade dos servidores listados no Quadro III desta Informação;

c) a Fundação Hemocentro de Brasília inclua nas planilhas de cálculos dos valores de ATS pagos a maior aos servidores Soraya das Dores Vaz Formiga, matrícula nº 01006665, e Adauto José de Abreu, matrícula nº 16556739, as importâncias pagas a título de décimo terceiro salário, decorrente da diferença do ATS, bem como esclareça sobre a implementação do ressarcimento ao erário mencionada no Memorando nº 28-GEPES/CODAG/FHB, de 01/02/2017;

d) a SES justifique os percentuais de ATS pagos aos servidores listados no Quadro IV desta Informação;

e) a SES, a SE e o DER esclareçam os pagamentos da VPNI da Lei nº 4.584/2011 os servidores listados no Quadro V desta Informação;

f) a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos altere o valor da VPNI da Lei nº 4.584/2011 no cálculo da pensão instituída pelo servidor Ruy Xavier de Almeida, matrícula nº 0004475X, para R\$ 6.069,03 ou apresente a justificativa que demonstre que outro valor é o correto;

g) a SINESP, a SE, a SES e a SC esclareçam os reajustes da parcela VPNI da Lei nº 4.584/2011 relativas aos servidores listados no Quadro VI desta Informação;

h) a SES envie a esta Corte a documentação comprobatória de que os servidores Alexandre Rozenwald, matrícula nº 01283774, Fidelia Vasconcelos de Lima, matrícula nº 01259083, e Zacarias Calil Hamu, matrícula nº 01233688, tenham cumprido o somatório das jornadas dos vínculos efetivos no órgão cessionário (60 horas, 80 horas e 60 horas semanais, respectivamente) ou que tenham deixado de perceber a remuneração de um dos vínculos efetivos, tendo em conta o disposto no artigo 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014, bem como que esclareça onde o servidor Alexandre Rozenwald, matrícula nº 01283774, exerceu suas atribuições no período de 23/10/2017 a 01/02/2018 em relação ao vínculo da SES, tendo em conta o interstício entre a data da dispensa da função comissionada no TJDF (23/10/2017) e o fim do período da cessão cadastrado no SIGRH (01/02/2018);

i) o IBRAM esclareça a divergência entre o valor declarado pela Viação Anapolina do custo da passagem Formosa/GO – Planaltina/DF (R\$ 3,90) e aquele cadastrado na tela



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

TABBEN36 do SIGRH (R\$ 9,42) no mês de setembro/2015, uma vez que existe a possibilidade de haver divergências em outras linhas, afetando um número potencialmente significativo de servidores;

j) a PCDF apresente novos esclarecimentos e/ou documentos quanto às divergências entre o endereço do servidor e aquele apresentado à Receita Federal, uma vez que o contrato de locação do imóvel do servidor Ariosvaldo Rocha Vieira não seria prova idônea para comprovar o aluguel, visto que nele consta o telefone da inquilina com 9 dígitos, que só foi implemento no DF e em Goiás em meados de 2016, além de, na cópia juntada aos autos, não constar valor do contrato, data do término e assinatura dos contratantes, e, na declaração de IRPF apresentada pelo servidor, não constarem os rendimentos auferidos com o aluguel no ano de 2016, além de não ter sido possível obter outras evidências que ratificassem as afirmações dele (na CEB e na CAESB, por exemplo, de acordo com os últimos dados aos quais o TCDF teve acesso – 06/2018 e 04/2018, respectivamente –, as faturas continuam sendo emitidas em nome do servidor);

k) a PGDF informe se os Processos nos 00020-00023672/2017-75 (Rogério Jovem de Araújo) e 00020-00023312/2017-73 (Hugo Alberto Gonçalves Delmondes) tratam de ressarcimento de auxílio-alimentação e, caso a resposta seja positiva, comunique sobre o andamento/desfecho das cobranças judiciais ou extrajudiciais existentes;

l) a SEPLAG esclareça, com o encaminhamento da documentação comprobatória respectiva e de cópia do Processo nº 0060-008350/2015, que comprovem que não houve prejuízo para o serviço no caso da cessão do servidor Marco Aurélio de Lemos Santos, matrícula nº 14013088, do cargo de Auditor de Atividades Urbanas da SES para o exercício de cargo em comissão no Arquivo Público do DF (matrícula nº 02691078);

VII. reiterar, também para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação:

a) o item III-2-b da Decisão nº 6.415/2016, para que a SES, a SE e a SECriança levantem, para fins de ressarcimento ao erário, os valores pagos indevidamente a título de auxílio-creche em relação a todos os servidores listados no Quadro II desta Informação;

b) o item III-6 da Decisão nº 6.415/2016 à Agefis, em relação aos servidores Vivaldo Martins Alves Filho, matrícula nº 00182729, Maria do Carmo de Lima Bezerra, matrícula nº 00322121, Sonia Maria Almeida S. da Rocha, matrícula nº 00289604, Paulo de Paiva Fonseca, matrícula nº 00407097, tendo em conta que os valores questionados no Relatório de Auditoria voltaram a ser pagos em julho/2017 e não foram apresentadas informações de quais cargos são as incorporações de décimos por esses servidores;

c) o item III-9 da Decisão nº 6.415/2016 à SES;

d) o item III-10 da Decisão nº 6.415/2016, no que se refere ao servidor José Willemann, à CLDF e à Casa Civil, requerendo a comprovação dos trâmites com vistas ao ressarcimento ao erário;

e) o item III-10 da Decisão nº 6.415/2016, no que se refere ao servidor Joan Goes Martins Filho, à CLDF e à SEPLAG, esclarecendo à SEPLAG que as informações prestadas já constavam no Relatório de Auditoria e que consta nesta Informação planilha contendo a diferença entre os valores aplicados pela SEPLAG e o que a equipe de auditoria entendeu ser correta;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

f) o item III-10 da Decisão nº 6.415/2016, no que se refere ao servidor Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro, à CLDF;

g) o item III-14 da Decisão nº 6.415/2016, em relação aos itens 7 e 15 da Tabela II, com vistas a esclarecer as acumulações de cargos dos servidores Idenir da Cunha e Silva, matrícula nº 0133574X, e Sebastião Rodrigues da Silva, matrícula nº 01236946;
VIII. conhecer como razões de justificativa os documentos de fls. 218/234 do Processo nº 9810/2011, com base no artigo 126 do RITCDF, e, no mérito, dar parcial provimento, determinando à SEGEDAM que revise os cálculos de fls. 176/179 dos mesmos autos, para excluir a indenização por férias não gozadas do montante a ser devolvido e, por outro lado, para incluir os valores descontados a título de pensão alimentícia, assegurando o contraditório e a ampla defesa ao servidor mais uma vez;
IX. recomendar à SEFIPE que verifique em futura auditoria a evolução da rubrica auxílio-transporte na SES, para averiguar se a significativa redução nos valores pagos na rubrica auxílio-transporte entre maio e julho/2018 decorreram do cumprimento parcial ou total do item III-18 da Decisão nº 6.415/2016;

X. autorizar:

a) a remessa de cópia da presente Instrução às jurisdicionadas, para ciência das determinações e para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas;

b) a devolução dos autos em apenso aos respectivos órgãos de origem;

c) autorizar o retorno dos presentes autos à SEFIPE para os devidos fins. ”

6. Após este breve relato, o **MPC/DF** passa à análise do presente feito.
7. De proêmio, verifico que, neste momento processual, a **questio** se restringe ao atendimento das determinações contidas na r. Decisão nº **6.415/2016** (fls. 1.649/1652).
8. Com efeito, informo que o **MPC/DF** possui entendimento **convergente** com as considerações e as conclusões emitidas pela zelosa Unidade Técnica na análise constante às fls. 2704/2752.
9. Nesse sentido, no que concerne às determinações constantes dos itens II, III-2-a, III-7, III-8, III-13, III-16, III-17, III-18, V-3, V-4, V-5 e VII-3-a da r. Decisão nº 6.415/2016, o **Parquet** considera que as informações trazidas pelas Jurisdicionadas **foram suficientes** para demonstrar seu cumprimento.
10. No que se refere ao item VI-3 da r. Decisão nº 6.415/2016, opino, em consonância com a Unidade Técnica, por **alertar** os jurisdicionados para que acompanhem e adotem as determinações que vierem a ser proferidas no Processo nº 12.665/2018-e, que trata dos desdobramentos ao que decidiu o e. **Supremo Tribunal Federal** nos REs nos 602043 e 612975.
11. Em relação ao servidor Romulo Pitangui Abdalla, **nenhuma medida adicional é necessária**, além de desobrigá-lo a apresentar os recibos dos transportes coletivos interestaduais, em virtude do trânsito em julgado da decisão favorável ao servidor.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

12. **Ex positis**, este **Parquet** especializado converge com as conclusões alcançadas pelo zeloso Corpo Técnico e, nesse sentido, **opina** para que o e. **Plenário** acate **in totum** as sugestões contidas na Informação de fls. 1.942/1.949.

É o Parecer.

Brasília, 11 de dezembro de 2018.

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira
Procuradora em substituição